

Barack Obama: a lição da América para a África

Sérgio Chichava¹

Schichava@yahoo.fr

A corrida eleitoral às presidenciais nos Estados Unidos da América (EUA,) é sem dúvida uma das grandes notícias da actualidade política não só americana, mas do mundo inteiro. Um dos aspectos que chama atenção nestas eleições é a candidatura do Afro-americano Barack Obama, senador democrata do Estado americano de Illinois². Embora não seja a primeira vez que um negro americano se apresenta como candidato às eleições presidenciais nos EUA, a diferença entre Barack Obama com os anteriores³, é que este não é descendente de escravos. Com efeito, Barack Obama é filho de um economista queniano de raça negra que havia obtido uma bolsa de estudos para estudar na América e de uma mãe americana de raça branca.

Uma das questões muitas vezes levantada nestas eleições não é se um indivíduo filho de pai estrangeiro pode se candidatar às eleições nos EUA, mas sim, se os americanos (cuja maior parte da população é branca) estão realmente preparados para serem governados por um presidente negro. Será que Barack Obama tem chances reais de vir a ser o primeiro presidente negro dos EUA? Estas questões encontram as suas razões na história da constituição dos EUA e convenhamos, nesse aspecto, este país ainda tem muito caminho a percorrer. Contudo, diferentemente de outros países imperialistas e com um passado colonizador e escravagista, a América está a muitos passos de avanço em termos de integração étnico-racial. Será possível hoje imaginar um negro como número dois ou número três num governo francês, britânico ou português? Em África, é possível imaginar um “estrangeiro”⁴ a governar um país africano?

Mas nos Estados Unidos da América, um dos países onde a discriminação racial em tempos, foi das mais fortes no mundo, isso já não constitui novidade. Por exemplo, o governo de George W. Bush é considerado como o mais representativo do ponto de vista racial de toda a história dos EUA⁵. O governo de George Bush inclui também muitos dos que em África seriam

¹ Doutorado em Ciências Políticas no Instituto de Estudos Políticos de Bordéus, França. Investigador no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.

² Sobre Barack Obama ver por exemplo, http://fr.wikipedia.org/wiki/Barack_Obama; <http://www.republique-des-lettres.fr/10235-barack-obama.php>.

³ São os casos dos reverendos Jesse Jackson e Al Sharpton, de Shirley Chisholm, Alan Keyes, Carol Moseley Braun e de Lenora Fulani. Entre estes negros americanos aspirantes à presidência dos EUA, Shirley Chisholom foi a primeira a apresentar-se em 1972.

⁴ A palavra “estrangeiro” deve ser entendida no sentido que foi ou é normalmente dado em alguns países africanos para impedir que um indivíduo se apresente às eleições.

⁵ Sobre George Bush seu governo ver http://fr.wikipedia.org/wiki/George_W._Bush.

considerados “estrangeiros” e por isso inelegíveis. Por exemplo, neste governo, Colin Powell, filho de imigrantes jamaicanos ocupou o posto mais alto que um negro jamais havia ocupado, o de secretário de Estado, tendo sido substituído em 2005 por Condoleezza Rice também de raça negra e que havia ocupado antes o cargo de conselheira da segurança nacional no primeiro mandato de George Bush. Outros “estrangeiros” no governo de George Bush são Elaine Chao, nascida no Taiwan, de pais taiwaneses que ocupa desde 2001⁶, o cargo de secretária do Estado para o Trabalho, Mel Martinez nascido em Cuba e chegado aos EUA com 15 anos de idade, antigo secretário do Estado para a Habitação e Desenvolvimento Urbano; Alberto Gonzales filho de emigrantes mexicanos, antigo ministro da Justiça (*United States Attorney General*)⁷. Todos estes podem um dia aspirar a serem presidentes dos EUA sem se preocuparem com as suas origens étnico-raciais ou tribais. Também virou banal ver negros a apresentarem-se como candidatos à presidência em cada campanha eleitoral, mesmo sem fortes chances de ganharem.

Em África, Barack Obama não teria nenhuma chance de concorrer ao cargo de presidente da República, porque seria considerado “estrangeiro” e por isso inelegível. Numerosos exemplos confirmam esta nossa afirmação. Mesmo se não fosse estrangeiro, o simples facto de ser mestiço, ia-lhe colocar problemas. Só para citar casos recentes, podemos falar de Kenneth Kaunda da Zâmbia, Alassane Dramane Ouattara da Costa do Marfim, Philippe Gagnaux e Artur Canana, ambos de Moçambique.

O Kenneth Kaunda (KK) proclamou a independência da Zâmbia em 1961 e dirigiu este país com mão de ferro durante 27 anos, (1964-1991), num regime de partido único. Com a introdução do multipartidarismo em 1990, KK perdeu o poder de forma humilhante em 1991 quando foi derrotado por Frederick Chiluba. Em 1996, aquando da segunda eleição multipartidária e temendo regresso em força do velho ditador, KK, pois o seu primeiro mandato tinha sido uma decepção, Frederick Chiluba e seus partidários que detinham a maioria no parlamento votaram uma nova constituição, que dizia entre outros, que só podia ser candidato à presidência da República, um indivíduo nascido de pais zambianos. O objectivo era de eliminar a concorrência do velho ditador porque segundo consta, o seu pai seria de origem malawiana.

Outro caso que não deixou indiferente a opinião pública mundial e que levou a implosão da Costa do Marfim — país até então considerado estável e modelo de desenvolvimento em África — foi a introdução do conceito de ivoirité (identidade nacional marfinense), segundo o qual só os nativos da Costa do Marfim podiam ser eleitos ou indicados para os cargos de

⁶ Elaine Chao substituiu uma outra “estrangeira” Linda Chavez, filha de pai mexicano e de mãe irlandesa, que havia sido obrigada a demitir-se antes mesmo de ocupar as suas funções devido a um escândalo relacionado com a imigração ilegal.

⁷ Envolvido em alguns escândalos políticos, Alberto Gonzalez foi obrigado a demitir-se no dia 27 de Agosto de 2007.

responsabilidade nacional, cujo objectivo era o de excluir Alassane Dramane Ouattara (ADO)⁸. Com efeito, ADO foi considerado em 1995 por Henri Konan Bedié (citado como sendo o principal instigador da *ivoirité*) no seu livro “*Les chemins de la vie*” como não sendo costamarfinense alegadamente porque os seus pais eram de origem burkinabe. Segundo Henri Bedié, um indivíduo é costamarfinense se quatro dos seus avós tiverem nascido na Costa do Marfim, o que não era o caso de ADO. Em 2000 foi adoptada uma emenda constitucional que dizia que só podia candidatar-se à presidência da Costa do Marfim, um indivíduo de pai e mãe Costamarfinenses, impedindo uma vez mais a participação deste nas eleições locais. No entanto, embora seus pais possam ser de origem burkinabe, ADO nasceu na Costa do Marfim em 1942, tendo trabalhado no FMI antes de ser convidado pelo antigo presidente deste país Félix Houphouët-Boigny em 1990 para ocupar o posto de primeiro-ministro, tornando-se desta feita, no primeiro primeiro-ministro desde a independência da Costa do Marfim em 1960.

Moçambique também tem sido palco deste tipo de manobras. Aquando das primeiras eleições municipais da história de Moçambique independente em 1998 a questão étnico-racial esteve no centro das discussões.

Certas personalidades, próximas da Frelimo (o partido que sempre se disse defensor da igualdade entre os moçambicanos independentemente da sua cor, religião ou tribo) tais como o general Américo Fumo insurgiram-se contra a candidatura de Philippe Gagnaux, em virtude dele ser branco, perguntando-se por exemplo se um negro podia um dia ter pretensões de ser presidente do município de Lisboa ou Porto por exemplo⁹. Em poucas palavras, isto equivalia a dizer que apenas os negros é que tem direito a candidatarem-se a cargos públicos. O que estava em causa não era se Philippe Gagnaux era capaz ou não de governar uma cidade tão complexa como Maputo, mas sim, a sua identidade racial.

Ainda nestas mesmas eleições, alguns membros da *Ngiyana*¹⁰ (associação dos nativos e amigos de Maputo, uma associação explicitamente *ronga* e muito próxima da Frelimo) não viam com bons olhos a indicação de Artur Canana, um Macua-Lomué da Zambézia como candidato da Frelimo ao município de Maputo. Para eles, Maputo devia ser dirigido por um “filho da terra” e não por um “estrangeiro”¹¹. Estes indivíduos da *Ngiyana* agastados com esta situação chegaram ao ponto de apoiarem publicamente um outro candidato, Carlos Jeque, que concorria como independente, por ser originário de Maputo¹². Embora estes dois indivíduos (Philippe Gagnaux e Artur Canana) tenham concorrido sem muitos sobressaltos, o segundo chegando mesmo a governar o município de Maputo, o questionamento das suas identidades não deixou de ser preocupante.

⁸ Sobre Alassane Dramane Ouattara, ver por exemplo, <http://www.ado.ci/>.

⁹ «Com ajuda de um grupo de brancos minoritários... Gagnaux quer instalar racismo em Moçambique», *Savana*, 26 de Junho de 1998; «Cabe ao Conselho Constitucional responder ao seguinte: homologar ou não “a brincadeira autárquica?”», *Savana*, 26 de Julho de 1998.

¹⁰ Coroa em xi-ronga.

¹¹ Ver por exemplo, «Eleição de Artur Canana para candidato da Frelimo. Parte da “Ngyana ferida”», *Media Fax*, 1 de Março de 1998; «“Autárquicas”: Bandeira nacional não pede favores», *Savana*, 3 de Março de 1998; “Ngiyana posiciona-se”, *Savana*, 27 de Março de 1998; «Canana fala da sua candidatura para a capital. “Não preciso de saber falar ronga para dirigir Maputo”», *Savana*, 10 de Abril de 1998.

¹² “Candidatura de Carlos Jeque ao município de Maputo. Uma bofetada da Ngiyana à Frelimo”, *Savana*, 3 de Março de 1998.

É tempo de África aprender com a experiência americana, pois apesar das divisões étnico-raciais que possam existir nos EUA, nunca um cidadão americano será impedido de participar na vida política sob acusação de ser “estrangeiro”. Podemos não gostar da supremacia e da arrogância americana, sobretudo em matéria de política internacional, mas os EUA estão neste momento a dar uma lição ao mundo inteiro.